

VISÃO DOS PROFISSIONAIS DIANTE AS EXPECTATIVAS E REALIDADES VIVIDAS POR PAIS ADOTIVOS DURANTE E PÓS O PROCESSO DE ADOÇÃO

Giulia Fonseca Ferreira Prado (IC) e Marcelo Moreira Neumann (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O presente estudo objetivou avaliar em categorias a opinião de profissionais em relação aos sentimentos vividos pelos pais adotivos durante e após o processo de adoção. No Brasil a preocupação do acompanhamento desse processo é recente, principalmente quando o foco é para o que acontece depois da finalização da parte burocrática. Na prática, o poder judiciário se centra preferencialmente no “durante” do que no “após” a adoção. Desta forma o estudo se propôs aprofundar o tema, entrevistando quatro profissionais que atuam ou atuaram na área da adoção no estado de São Paulo, a partir das seguintes categorias: 1- Opinião dos profissionais sobre as Expectativas dos pais; 2- Opinião dos profissionais sobre as Dificuldades de os pais lidarem com os filhos adotivos; 3- Opinião dos profissionais sobre o pós-adoção. Os resultados obtidos revelaram a necessidade de uma maior inserção dos candidatos à adoção e dos recentes pais adotivos em grupos de apoio ou acompanhamento terapêutico, para que assim sejam diminuídas as expectativas fantasiosas, por parte dos que estão no papel de adotante, relacionadas às crianças ou adolescentes e seja oferecido um espaço de escuta que possa auxiliar nas dificuldades enfrentadas durante a criação do vínculo familiar.

Palavras-chave: Expectativas. Adoção. Profissionais.

ABSTRACT

The present study aims to categorize the opinion of professionals regarding to the feelings experienced by the adoptive parents during and after the adoption process. In Brazil, the concern with following the process is recent, especially when the focus is on what happens after the bureaucratic part is over. In practice, the judiciary is more focused during the process than in the post-adoption period. Therefore, this study sought to deepen the theme by interviewing four professionals who work in the adoption field in the state of São Paulo. The interviews were based on the following categories: 1 – Professional's 'opinion on parents'

expectations; 2 - Professional's opinion on difficulties of parents dealing with adopted children; 3- Professional's opinion on post-adoption. The results obtained revealed the need of a greater insertion of the candidates for adoption and the recent parents adopted in support groups or therapeutic monitoring, therefore, they are reduced according to the fantasy expectations by those who are in the role of adopter, related to children or adolescents and the use of listening space to help in the difficulties faced during the creation of the family bond.

Keywords: Expectations. Adoption. Professionals.

1. INTRODUÇÃO

Diante do histórico da adoção no Brasil, os conceitos básicos de como deve ocorrer esse processo e qual o papel do psicólogo nesse âmbito, essa pesquisa visa investigar a opinião de profissionais da psicologia que atuam nessa área no estado de São Paulo. Também se propõe a investigar sobre a consistência dessas regras e verificar se esses processos ocorrem dentro do esperado na maioria das vezes, para que assim um pouco dessa realidade seja exposta, podendo auxiliar pessoas interessadas em adoção e até mesmo outros profissionais.

Portanto o objetivo geral deste trabalho foi avaliar em categorias a opinião de profissionais em relação aos sentimentos vividos pelos pais adotivos durante e após o processo de adoção. Para isso, temos como objetivos específicos: avaliar a opinião dos profissionais em relação as expectativas dos pais adotivos antes e durante o processo de adoção; avaliar a opinião dos profissionais em relação as dificuldades dos pais adotivos em lidarem com os filhos; avaliar a opinião dos profissionais sobre o pós-adoção; investigar se há acompanhamento psicológico nesses processos e por fim, investigar quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos pais nesse processo.

Essa investigação faz parte da linha de pesquisa liderada pelo professor orientador e intitulada: Justiça, Cidadania e Garantia de Direitos, pertencente ao Laboratório de Estudos de Violência e Vulnerabilidade - LEVV. Esta linha tem como objetivo desenvolver pesquisas que enfatizem a multidisciplinaridade na aplicação dos procedimentos e as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas penas alternativas no âmbito criminal, na aplicação das medidas socioeducativas, na avaliação das medidas de segurança, na discussão das condições das instituições prisionais e na proposição de novas modalidades de intervenção no âmbito judicial (projetos de Justiça Restaurativa, Mediação entre outros).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A adoção é uma medida antiga no Brasil, que se modificou e se adequou a realidade do país com o passar dos anos, conseqüentemente a história da adoção passou por muitas fases e dentre as mais conhecidas, podemos citar: inicialmente por influência da igreja era vista como uma forma de caridade existiu a época em que havia o chamado “Sistema de Rodas” onde as crianças eram deixadas na porta das Santas Casas de suas

idades e eram levadas por quem quisesse adotá-las, também existiu uma prática ilegal onde os indivíduos registravam no cartório como se fosse sua uma criança filha de outra pessoa, conhecida como “adoção à brasileira”. Após alguns anos, a adoção foi apresentada na Legislação Brasileira em 1828 como a forma de solucionar o problema de casais que não podiam gerar filhos, depois em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a prática da adoção passa a ser regulamentada no país e atualmente possui o objetivo de priorizar o bem-estar da criança para que ela cresça em um ambiente familiar favorável (DUTRA; MAUX, 2010).

Na teoria, Caio Mário da Silva Pereira define a adoção como “o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afinidade”, mas, além disso, é também uma relação afetiva onde o adotante e o adotado buscam constituir e vivenciar o sentido de uma família.

O conceito de família mudou várias vezes com o passar do tempo e hoje em dia, tem se tornado mais flexível e aceita as diferentes formas de se constituir uma. Dessa forma, fica cada vez presente na sociedade a realização da adoção por pais que podem ou não ter filhos, deixando no passado a ideia de que a adoção serve apenas para casais inférteis.

Apesar de a infertilidade ser apontada como o maior mobilizador para a adoção, são diversos os motivos que levam pessoas a adotar, como por exemplo, pessoas que sempre tiveram o sonho de adotar; pessoas que querem constituir uma família, mas não tem um parceiro; pessoas que tem um parceiro do mesmo sexo; pessoas mais idosas ou que não tem mais a possibilidade de gerar filhos; pessoas que não pretendem passar por uma gravidez; pessoas que fizeram algum tipo de cirurgia e perderam a capacidade de gerar um filho (LANFREDI; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016).

No que diz respeito ao procedimento de candidatura à adoção, a legislação brasileira habilita qualquer pessoa maior de 18 anos, independentemente do estado civil, a adotar, respeitando uma diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado. Os candidatos são submetidos à triagem que é executada por um assistente social, na qual recebem todas as informações e orientações necessárias ao cadastro. Nesse momento, eles também preenchem uma ficha de inscrição com nome, estado civil, nível de escolaridade, profissão, situação econômica, entre outros dados pessoais, além de também indicar as características da criança que desejam adotar, optando pelo sexo, faixa etária e características físicas. Após esse procedimento, começa a espera pela criança (HUBER; SIQUEIRA, 2010).

Esse processo pode se complicar devido a diversos fatores, como o sentimento de concorrência com os pais biológicos, sentimento de intimidação, de ser julgado por outros em seu papel de pais - como por outros pais e pelos pais biológicos da criança/adolescente - e o sentimento de buscar incansavelmente um vínculo afetivo com o filho adotivo. Essas observações expõem as dificuldades do fenômeno da adoção, o que confirma a indispensabilidade do desenvolvimento de mais estudos que tratam esse tema, a fim de contribuir para seu melhor desempenho pelos pais adotivos, pelos filhos adotivos e pela sociedade (HUBER; SIQUEIRA, 2010).

Juntamente com os fatores citados acima a adoção ainda é permeada por lendas, infâmias e lacunas, gerando nos pais uma mistura de sentimentos que antecedem e acompanham a real vivência do processo de adoção. Encarar a condição de pais adotivos origina uma série de expectativas com a relação a se tornar pai ou mãe, o que reflete na maneira como eles irão construir sua nova família (COMIN; AMATO; SANTOS, 2006).

Na visão da psicologia a adoção é um vínculo estabelecido por laços afetivos, insere a criança ou adolescente em um contexto diferente do que eles foram acostumados e requer conhecimento da lei, profundo estudo de cada caso e um entendimento do desenvolvimento emocional do ser humano (Motta, 2000). Sendo assim, também é de suma importância que os interessados em adotar tenham em mente os motivos pelos quais os levaram a querer adotar, tendo em vista uma melhor elaboração psicológica deste fato já que isso é um fator que interfere diretamente na relação que será criada com o adotado (LEVINZON, 2006).

O psicólogo tem o papel fundamental de auxiliar os pais a elaborar seus medos e angústias, além de entender e perceber se são realmente relevantes os motivos para a realização da adoção (Gondim et al, 2008). Para efetuar essa tarefa, uma equipe interprofissional é encarregada de fazer entrevistas de acompanhamento com os pais adotivos e com o adotando; acompanhamento com os pais que irão entregar seus filhos para adoção ou que estão em vias de perder a guarda da criança ou adolescente; cumpre o dever de auxiliá-los na aproximação e criação do vínculo, mediante ao estágio de convivência e caso a pessoa interessada na adoção já tenha filhos, os mesmos devem ser incluídos nesse processo (FIORELLI; MANGINI, 2015).

3. METODOLOGIA

O estudo realizou-se com quatro profissionais que atuam na área da adoção, não

houve um fator determinante para seleção dos participantes da entrevista como o sexo, estado civil, raça e religião. Foi elaborado um roteiro de entrevista com questões semiestruturadas que teve como objetivo investigar: quais os principais motivos que levam a adoção; quais as maiores expectativas criadas pelos pais antes e durante o processo de adoção e se elas costumam ser atendidas; quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos pais adotivos, entre outros.

As entrevistas foram audiogravadas após o consentimento dos colaboradores e ocorreram de forma individual com os profissionais, sendo que, à medida que eles responderam às questões, estas foram transcritas posteriormente pela entrevistadora. Após a coleta dos dados, o processo de análise dos dados foi feito a partir da metodologia de análise qualitativa, empregando pesquisa de conteúdo nas respostas dos participantes. A investigação de conteúdo, desenvolvida pela pesquisadora e psicóloga Laurence Bardin consiste, enquanto concepção de ciência, em uma prática que se pretende neutra no plano do significado do texto, nas tentativas de alcançar diretamente o que haveria por trás do que se diz (BARDIN, L. 2009). Foram selecionadas categorias que auxiliaram na análise dos discursos, as categorias foram inferidas a partir dos temas que foram abordados durante as entrevistas.

Dessa forma, foram contatados os profissionais com indicação dada pelos professores da UPM com os critérios de inclusão impostos. Todas as entrevistas foram agendadas de acordo com o horário disponível dos sujeitos participantes, sendo elas feitas via ligação telefônica devido à impossibilidade de encontros causada pela pandemia do vírus COVID 19.

É necessário pontuar que as repostas obtidas por meio do questionário semiestruturado foram separadas em três categorias: Categoria 1- Opinião dos profissionais sobre as Expectativas dos pais (perguntas de 1 a 5); Categoria 2- Opinião dos profissionais sobre as Dificuldades de os pais lidarem com os filhos adotivos (perguntas 6, 7 e 8); Categoria3- Opinião dos profissionais sobre o pós-adoção (perguntas 9 a 13). A partir disso as respostas dos profissionais foram analisadas e comparadas para que assim, pudesse incorporar ao objetivo de investigar a opinião dos profissionais da psicologia que atuam em áreas relacionadas à adoção no estado de São Paulo, sobre a consistência das regras e verificar se esses processos ocorrem dentro do esperado na maioria das vezes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados quatro profissionais que trabalham em diferentes áreas relacionadas a adoção. Sujeito A atua como psicóloga no Centro de Acolhimento A; Sujeito B atua como assistente social no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – SAICA; Sujeito C atuou como psicóloga judiciária no Tribunal de Justiça de São Paulo por 30 anos; Sujeito D atua em uma Vara da Infância e Juventude da capital.

De acordo com a categoria 1- Opinião dos profissionais sobre as expectativas dos pais (perguntas de 1 a 5) foi possível analisar que a principal causa que leva pessoas a adotar é a incapacidade de gerar filhos biológicos, sendo essa a resposta de todos os sujeitos entrevistados, conforme o relato do sujeito C:

“Muitas expectativas são depositadas nas crianças que serão adotadas, carregadas das frustrações de não ter conseguido um filho biológico”.

Além disso, foram relato pelo Sujeito D alguns dos motivos mais profundos que levam as pessoas a adotar, tendo como exemplo uma forma de preencher um vazio, ter uma companhia ou fazer uma boa ação. Esses aparecem mais explícitos ao longo das conversas durante o processo de adoção, pois no início a maioria alega apenas o desejo de criar uma criança. De acordo com pesquisas, a dificuldade de engravidar, o desejo pela parentalidade, o sentimento caridoso de dar um lar a uma criança ou uma forma de obter companhia são alguns dos motivos que levam as pessoas a procurarem pela adoção. Porém, a infertilidade ainda é um dos principais motivos que levam a esse ato (Gondim, et al., 2008; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Schetinni, Amazonas, & Dias, 2006; Silva, Mesquita, & Carvalho, 2010; Vanalli & Santana, 2009).

Em relação a existir alguma preferência inicial para escolha do filho, todos os sujeitos responderam que crianças de até 3 anos, saudáveis e brancas seguem no topo das mais requisitadas pelas pessoas que desejam adotar. Segundo Ebrahim (2001), no Brasil apenas as crianças com até 3 anos conseguem ser adotadas com facilidade. O principal preconceito na adoção de crianças mais velhas é justificado e se relaciona com a dificuldade na educação. Além disso, a escolha de crianças menores pode estar vinculada com o desejo dos adotantes atuarem diretamente na educação da criança, tendo a ideia de que isso será capaz de amenizar os problemas genéticos ou adquiridos pela convivência com a família biológica que a mesma possa ter. Em outras palavras, quanto mais jovem maior a chance de ser moldada (Abreu, 2002). Sobre isso, foi relatado pelo sujeito D:

“[...] que crianças sem irmãos e do sexo feminino também estão dentro das preferências, além de que crianças negras do sexo masculino com mais de 7 anos já estão em situação de risco e tem

grandes chances de permanecerem no abrigo até atingir a maior idade”.

Quando questionados sobre as expectativas dos pais adotivos durante o processo de adoção, os sujeitos dividiram opiniões. O sujeito A respondeu que os pais esperam que a criança ou adolescente adotado venha preencher um espaço que julgam como vazio sendo ele individual ou conjugal. O sujeito B respondeu que a maioria das expectativas criadas tem relação com a personalidade da criança ou adolescente, pois os pais adotivos por vezes não têm em mente que aquele novo integrante tem seus próprios pensamentos, desejos e atitudes como qualquer criança independente de ser biológica ou adotiva. O sujeito C respondeu que as expectativas variam de acordo com as experiências de vida e aspectos culturais e emocionais das pessoas que estão adotando - pessoas com maior nível de estudos e que já leram sobre o assunto possuem maior capacidade de adequar as expectativas à realidade, sendo assim, casais simples e desinformados têm expectativas mais irreais e idealizadas.

O sujeito D respondeu que as maiores expectativas estão relacionadas com a falta de compreensão dos pais, que por sua vez não levam em conta que essas crianças têm histórias duras e que passaram por situações difíceis pelas quais muitos adultos nunca passaram, cada uma possui lembranças e suas próprias histórias. Também pontuou expectativas relacionadas à espera de gratidão por parte da criança, que o final do processo adotivo é um final feliz quando na verdade é apenas o começo desse percurso. É notável nesse exemplo a importância de a nova família dedicar um espaço de acolhimento para receber o futuro filho, sendo necessário entender que a criança pode ter vivenciado no passado situações de maus tratos, negligência ou abusos, e que precisa ser amada e aceita (OTUKA ET AL., 2013).

Apesar de não ter obtido respostas iguais como ocorreu em outras questões, os sujeitos C e D mencionaram que antes e durante todo processo de adoção, questões sobre as expectativas são trabalhadas com os indivíduos que desejam adotar. Os casais participam de grupos onde entram em contato com esses temas, tem um espaço de troca de vivências com pessoas que estão passando pela mesma situação e isso ajuda a diminuir as idealizações perante esse processo. Segundo Gondim (2008), é pertinente que seja proposto alguns cursos preparatórios e grupos de apoio para candidatos à adoção ou para pais adotivos, pois quanto mais esclarecidos em relação aos mitos que permeiam a adoção e seu processo, maior a chance de que eles percam importância ou até sejam extintos.

Quando questionados se as expectativas são atendidas na maioria dos casos, os

sujeitos A e B responderam que não. Os mesmos justificaram suas respostas de forma semelhante, mencionaram que filhos não respondem a idealização dos pais sendo eles biológicos ou adotivos, porém quando o filho é adotivo os pais precisam reconhecer que conflitos existem independentes do fator biológico e isso não pode ser usado como justificativa quando as crianças ou adolescentes não correspondem à expectativa de alguma forma. De acordo com uma pesquisa realizada por Berthoud (1997), a desinformação da população sobre herança genética é a origem dos maiores preconceitos vinculados à adoção. Os resultados de seu trabalho evidenciaram que para muitas pessoas a adoção pode ser considerada arriscada devido a chances de adotar alguém com “sangue ruim”, ou seja, alguém que tenha herdado biologicamente comportamentos ou personalidade considerados negativos.

Os sujeitos C e D argumentaram sobre o fato de que antes e durante o processo de adoção, existe um trabalho voltado exatamente para que não haja expectativas que não sejam atendidas e que durante esse tempo os casais possam se desiludir com algumas questões. Segundo Yamaoka (2009), o preparo dos futuros pais adotivos cinge o debate de questões jurídicas, psicossociais, culturais, educativas e discute sobre os preconceitos e os estigmas que compõe o imaginário social. Este trabalho visa auxiliar os pretendentes a adoção a lidar com os aspectos do processo, a espera, o acolhimento e a criação dos vínculos afetivos que permitirão a integração da criança adotiva em sua nova família. Em relação à essa questão, o sujeito C comentou:

“[...] os casais são colocados em grupos informativos sobre adoção, são indicados livros sobre o assunto, filmes, palestras, existe o convívio com pessoas que já adotaram, passam por uma avaliação psicossocial cuidadosa e criteriosa no FORUM. Com esse processo, eles vão se preparando e amadurecendo esse projeto da parentalidade adotiva, adequam suas expectativas e pensamentos a realidade, conseguem entender o filho como uma pessoa com possibilidades e até alguns defeitos, então quando ocorre à adoção de fato, não existe um choque grande relacionado a expectativas”.

Em relação à quais expectativas não são atendidas na maioria dos casos, o sujeito A respondeu que o mais comum é no que diz respeito a uma espécie de “falta de gratidão da criança” isso ocorre nos casos em que os pais adotivos se consideram salvadores de uma criança que foi rejeitada pelos seus genitores, exigindo que ela demonstre gratidão por estar ali. O sujeito B respondeu que os maiores conflitos estão relacionados à idealização da criança, acontecem quando as crianças decepcionam de alguma forma em questão da personalidade. O sujeito D discorreu sobre as pessoas que não conseguem ter seus

próprios filhos, refletindo que possuem um tipo de ferida narcísica que gera uma insegurança no lidar com o filho adotado, sendo assim, o filho capta isso e começa a testar os pais inconscientemente na maneira em que eles se sentem mais atingidos (indo mal na escola, por comportamentos envolvendo enfrentamento, sexualidade ou agressividade), pois essas crianças já têm uma marca de abandono e isso gera um medo de que o abandono ocorra novamente em suas vidas.

Já o sujeito C negou que haja expectativas que não são atendidas. É possível relacionar as respostas dos colaboradores de pesquisa à maneira que todos os relatos sobre as expectativas não atendidas envolvem questões vinculadas ao que os pais esperam diante das atitudes dos filhos. Weber (2011) pontua que diante de um diagnóstico de esterilidade ou infertilidade, o que se resume a perda de um filho, é preciso que o indivíduo elabore as questões e tenha um período de luto por essa criança que não veio antes que cogite a possibilidade da adoção. Dessa forma, quando os futuros pais adotivos aceitam a frustração causada por essa perda, se põem em um lugar mais apto para amar, aceitar e principalmente não idealizar o filho adotivo que virá.

De acordo com a categoria 2- Opinião dos profissionais sobre as dificuldades de os pais lidarem com os filhos adotivos, foi possível verificar que todos os sujeitos já foram procurados por pais adotivos em busca de algum auxílio. O sujeito B, como assistente social, ressaltou que quando essas situações ocorrem pontua a importância de os pais darem continuidade ao acompanhamento psicológico caso já tenha acontecido ou, se não, sugerir começar para que assim um profissional possa auxiliar nas dificuldades. A questão sobre pais que já desistiram do processo de adoção gerou diferentes relatos por parte dos sujeitos. O sujeito A comentou que infelizmente devoluções tem sido frequentes, os pais adotivos geralmente justificam por mau comportamento, ingratidão e falta de vínculo, mas também um motivo comum é quando o casal engravida no meio do processo. Além disso, acrescentou que:

“percebo que há uma lacuna significativa entre o filho ideal e o filho real, que nunca é transpassada por considerarem que suas expectativas não são alcançadas pelo fato de a criança não ter sua genética”.

Os sujeitos B e C afirmaram a ocorrência de desistência da adoção e foi pontuado pelo sujeito C que às vezes o casal engravida, além de que o trabalho feito no pré-adoção tem o propósito de gerar reflexão e amadurecimento sobre a ideia de adotar, sendo assim, no decorrer do processo é válido que ocorra a desistência. O sujeito D relatou que as desistências acontecem devido a questões de comportamentos da criança ou adolescente, mas também já soube de casos que a desistência ocorreu devido a questões raciais ou

psiquiátricas. É interessante comparar as respostas dos sujeitos com um estudo feito por Levy, Pinho e Faria (2009) sobre a devolução de crianças durante o período que antecipa a adoção. Foi apontado que a dificuldade em lidar com a diversidade, suportar desapontamentos, a falta de vínculo e a incapacidade de conter a agressividade da criança são características que aparecem como justificativa em todas as situações de devoluções estudadas. Sobre essa questão, o sujeito D concluiu:

“Durante o estágio de convivência é possível desistir da adoção e isso é muito triste pra criança, pois pra ela já é uma devolução... Na realidade não existe a devolução, existe um novo abandono”.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades dos pais após a finalização do processo, o Sujeito A revelou que a dificuldade em lidar ou a tentativa de apagar o passado da criança é o que mais surpreende, pois quanto mais idade, maiores são as lembranças. Segundo a opinião do Sujeito A, vínculos saudáveis geram saudades e apenas as lembranças ruins necessitam ser tratadas, pois negar que uma ou outra existe gera sofrimento psíquico. Conforme relato do Sujeito C:

“Ver uma criança que se esforça a adaptar-se a uma nova realidade, mas que nunca corresponde às expectativas inatingíveis dos “pais” é muito doloroso. O que mais me surpreende é a facilidade com a qual esses casais devolvem as crianças, sem sequer querer ter contato após o retorno ao abrigo”.

Para os Sujeitos B e D o maior gerador de dificuldade para os pais adotivos é lidar com uma pessoa com seus próprios pensamentos, limites e desejos. Porém, seria a mesma situação de pais grávidos que estão se colocando na posição de lidar com outro indivíduo o que difere nesse caso é o questionamento “e se fosse biológico, aconteceria isso?”. O Sujeito C respondeu que apenas algumas situações específicas que geram dificuldades na dinâmica da família são provenientes de conflitos relacionados à adoção, pois a maioria das questões que aparecem são comuns em todos os tipos de família, sendo elas adotivas ou biológicas. Como ficou nítido nesta pesquisa, os candidatos a adoção enfrentam muitos obstáculos sendo eles internos e/ou externos. No processo de formação da identidade parental, os pretendentes devem deixar para trás o filho imaginado e idealizado para desenvolver uma identificação como filho real, o que geralmente é uma das primeiras dificuldades com a qual as pessoas lidam durante um processo de adoção (Silva & Silva, 2012).

De acordo com a Categoria 3- Opinião dos profissionais sobre o pós-adoção, primeiramente todos entrevistados alegaram já terem feito o encaminhamento psicológico

para os pais, filhos ou até mesmo os dois durante ou após o processo de adoção. Devido ao fato de todos colaboradores já terem tido a experiência de fornecer o encaminhamento psicológico nesses casos, fica evidente a importância do trabalho do psicólogo no auxílio as famílias. Segundo Ferreira (2002) o psicólogo cumpre duas funções principais, sendo elas, auxiliar a criança a encontrar sua identidade em sua nova família e possibilitar aos pais o exercício da parentalidade. Já Motta (2000) pontua a relevância da assistência psicologia no pós-adoção voltada para ajudar nas dificuldades derivadas do relacionamento da criança ou adolescente com sua família, para que assim diminuam as chances de uma adoção mal sucedida. Entretanto, apenas os atendimentos psicológicos pelo âmbito jurídico podem não ser suficientes, sendo necessário um atendimento mais aprofundado para ajudar nos conflitos, dificuldades ou em questões que apareçam.

Os sujeitos deram suas opiniões em relação à mudança do tempo de estágio de convivência para 90 dias. O Sujeito A respondeu que essa mudança seria favorável se fosse colocada em prática em todos os casos. O Sujeito B respondeu que como a partir do início desse período a responsabilidade fica por conta da Vara, acaba não tendo acesso. Para o Sujeito C depende do caso, já que o tempo se torna pequeno para adaptação daquelas crianças que passaram um maior período das vidas no lar adotivo, porém também foi pontuado que caso haja necessidade é possível solicitar ao juiz o aumento desse prazo. O Sujeito D respondeu que o tempo é suficiente para crianças pequenas, porém concluiu dessa forma:

“[...] em uma adoção tardia é uma adoção mútua, onde a criança também necessita adotar os pais e esse é um processo de idas e vindas, momentos bons e difíceis. Para adoções tardias o ideal seria de 180 dias para acompanhar esse processo, pois vão ocorrer muitos altos e baixos até tudo se encaixar”.

Quando questionados sobre a necessidade de um acompanhamento mais sistemático do judiciário em relação às famílias que adotaram uma criança/adolescente, da mesma forma que se tem para as adoções internacionais a maioria dos entrevistados negou. Com isso, discorreram sobre o acompanhamento do judiciário por mais tempo gerar uma insegurança aos pais adotivos e o maior suporte ser necessário em casos internacionais devido ao impacto de mudanças complexas na vida da criança e dos pais como, por exemplo: cultura, língua e país. O sujeito A foi o único que afirmou a necessidade de um acompanhamento mais sistemático, justificou que muitas vezes os primeiros problemas ocorrem após o primeiro ano da adoção. De acordo com as respostas obtidas é interessante notar que o acompanhamento feito pelo judiciário nos processos adotivos no Brasil é considerado, em grande parte, qualificado pelos profissionais.

Foi questionado aos colaboradores de pesquisa se deveria haver alguma política pública para o pós-adoção. Sujeito A respondeu que da mesma forma que existe a obrigatoriedade de frequência em grupos pré-adoção, esses casais deveriam ter acesso a grupos pós-adoção, para compartilhar suas experiências e buscar ajuda, sem que sejam julgados por sentimentos negativos ou divergentes do esperado. O sujeito B negou, pois não é a maioria dos casais que tem problemas no processo. O sujeito C negou e alegou que isso seria um tanto discriminatório, conforme seu relato:

“Não faz parte das medidas de proteção básicas, que toda criança necessita ter um terapeuta ou acompanhamento psicológico, isso consiste em uma proteção especial. Se a gente a priori já considerar que toda criança ou família que tenha uma criança adotada necessite terapia é discriminatório isso, poderiam gerar questões do tipo ‘porque se tudo está bem e adaptado?’. Tanto para crianças não adotadas e adotadas, o encaminhamento deve ser feito apenas se for necessário”.

O sujeito D acha necessário que seja uma regra o atendimento psicológico em casos de adoção tardia, pois foi notado que os problemas com esse tipo de adoção eram recorrentes e melhoraram conforme foi feita uma parceria com a Vara Central com o Instituto Winnicott. Após a parceria, essas famílias são acompanhadas por terapeutas em clínica ou em grupos pós-adoção, conseqüentemente, aumentaram os números de adoções tardias de sucesso.

Quando questionados se queriam acrescentar algo sobre o pós-adoção, os sujeitos B e C negaram. O sujeito A vê necessidade de uma lei que seja cumprida em todo território brasileiro, detalhada e unificada sobre o tempo de convivência pré-adoção, tempo de guarda provisória e uma data limite para a guarda definitiva. Muitos casais passam por problemas que são comuns a todo pai/mãe de filhos biológicos e espaços de escuta para esses pais, seria fundamental para se evitar as tão dolorosas “devoluções”. O sujeito D acrescentou a importância de que todas as adoções sejam encaminhadas ao acompanhamento terapêutico, principalmente devido ao aumento de casos de devoluções pelas famílias que adotaram a criança ainda bebê. O Sujeito D justificou:

“Quando acontece a adoção tardia, as famílias passam por dificuldades no início, mas as relações tendem a melhorar com o tempo. Quando a adoção é feita com crianças pequenas o começo é mais tranquilo e as complicações vem na pré-adolescência, nesse momento aparecem as dificuldades da idealização, quando a

criança começa a mostrar que tem vida própria e não é apenas uma continuação dos pais. Então, é importante que pessoas que adotam bebês também sejam acompanhadas e está sendo criado um projeto de doulas da adoção onde pessoas vão acompanhar as famílias no início desse processo também de bebês para evitar problemas futuros”.

Em suma, foi pontuado mais uma vez a importância de um espaço de escuta para aqueles que participaram ou ainda estão no processo adotivo. Podendo ser através do acompanhamento psicoterapêutico ou então de grupos voltados para o pré e também para o pós-adoção, conforme Gondim et al (2008) afirma quando propõe a implementação de Grupos de Apoio para candidatos a adoção ou pais adotivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo principal averiguar a opinião dos profissionais que atuam na área de adoção sobre as vivências dos pais adotivos durante e após o processo de adoção. Com base nas respostas adquiridas foi possível observar que apesar da adoção ser uma prática antiga no Brasil, ela ainda é permeada por preconceitos e inseguranças.

Foi pontuado pelos profissionais a realização de um trabalho voltado para que não haja idealizações ou expectativas fantasiosas perante o processo de adoção e suas particularidades, no entanto, dificuldades no relacionamento, comportamento e personalidade das crianças e adolescentes adotados foram apontadas como existentes, sendo por vezes a causa de desistência da adoção. Vendo isso, pode se dizer que essas dificuldades tem fundamento no que os pais esperavam dos filhos antes da adoção e não aos problemas apresentados de fato, já que filhos biológicos também apresentam as mesmas dificuldades descritas, porém não podem ser justificadas pelo fator biológico e não existe a possibilidade de devolução.

Com base na análise das respostas obtidas nas entrevistas, se faz de extrema importância a necessidade do preparo dos pretendentes a adoção e a escuta dos pais adotivos. Segundo Gondim et al. (2008), esse preparo abre espaço para que os candidatos repensem seus requisitos quanto às características da criança almejada, de forma a permitira facilitação do processo, aumentando as possibilidades, a responsabilidade e a responsividade nos processos de adoção, de modo que o bem-estar e o desenvolvimento da criança sejam sempre prioridade. Além disso, a escuta dos pais que

estão na fase do pós-adoção auxilia na maneira que cria um ambiente acolhedor para que as dificuldades no relacionamento dentro da nova família sejam compartilhadas, e consequentemente, esse espaço de troca fortaleça os pais e também os filhos na construção do vínculo familiar.

Em suma, para efetivação do que foi resultado dessa pesquisa e como foi considerado por uma das colaboradoras, a implementação de grupos de apoio seria eficiente no controle das expectativas e exigências dos candidatos a adoção assim como nas dificuldades vivenciadas por pais adotivos. É importante ressaltar que todas as famílias, sendo elas compostas de suas diversas formas, enfrentam dificuldades. Quando procurado o auxílio de profissionais, o acompanhamento psicológico abre espaço para o acolhimento, ajuda e escuta para os conflitos vividos pelas famílias e seus variados membros.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. **No bico da cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ARAUJO, A.I.S.F.; FARO, A. Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p.790-810, dezembro 2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal ; Edições 70, LD A, 2009.

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do coração**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

BUENO, R.K.; VIEIRA, M.L.; CREPALDI, M.A. Envolvimento Paterno com Filhos Adotivos e a Estrutura Familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Santa Catarina, v. 33, p. 1-10, 25 abr. 2016.

COMIN, F.S.; AMATO, L.M.; SANTOS, M.A.S. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. **Revista da Spagesp**, Santos, v. 7, n. 2, p.40-50, 2006.

COSTA, L.T.M.; KEMMELMEIER, V.S. O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção.

Psicologia Argumento, Curitiba, v. 31, n. 72, p.187-196, 2013.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001.

FERREIRA, L. A. M. **Aspectos jurídicos da intervenção social e psicológica no processo de adoção**. Editorial Serviço social em revista. Paraná, 2002.

GONDIM, A.K et al. Motivação dos pais para a prática da adoção. **Boletim de Psicologia**, João Pessoa, v., n. 129161-170, p.162-170, 2008.

HUBER, M.Z.; SIQUEIRA, A.C. Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em filade espera. **Psicologia: Teoria e Prática**, Santa Maria – RS, v. 2, n. 12, p.200-216, 2010.

PREOCUPAÇÕES PARENTAIS DE PAIS ADOTIVOS. **INFAD Revista de Psicología** , [S. l.],ano 2014, v. 1, p. 259-266, 30 abr. 2014.

JORGE, D.R. HISTÓRICO E ASPECTOS LEGAIS DA ADOÇÃO NO BRASIL. **Revista Brasileira de Enfermagem**. RJ. v. 28, ed. 2, 1975.

LANFRED, C.A.; PEREIRA, M.S.; OLIVEIRA, M.A.M. Adoção: um estudo sobre a perspectiva de pais adotivos. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Vale do Itajaí, v. 3, n. 2, p.1-15, 2016.

LEVY , L.; PINHO, P.G.; FARIA, M.M. “**Família é muito sofrimento**”: um estudo de casosde “**devolução**” de crianças. Rio de Janeiro, v. 40, ed. 1, p. 58-63, 2009.

MAUX, A.A.B.; DUTRA, E. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas emPsicologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p.356-372, 2010.

NETO, J.C.S. **A Trajetória do menor a cidadão: filantropia municipalização**, políticassociais, São Paulo: Arte Impressa, 2003.

OTUKA, L.K. et al. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextospara a parentalidade. **Estudos de Psicologia, Campinas**, v. 30, p. 89-99, jan.2013.

PAIVA, L.D. **Adoção – Significados e Possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico edesafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SOUSA, M.J.P. **Adoção e guarda: um estudo bibliográfico**. Disponível em:

<<http://www.arcos.org.br/artigos/adocao-e-guarda-um-estudo-bibliografico/>>. Acesso em: 15mar. 2019.

SILVA , F. C. B. **Evoluçãohistórica do instituto da adoção**. Jus.com.br, 10 jan. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55064/evolucao-historica-do-instituto-da-adocao>.Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, J. C. B. & Silva, E. C. B. **Adoção: da idealização ao fracasso**. Em proceedings of theCongresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. (p. 1- 17) Niterói (RJ): ANINTER-SH/ PPGSD-UFF. 2012.

VARGAS, M. M. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. Marlizete Maldonado Vargas – São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, L. N. D. **Adote com carinho: um manual sobre aspectos sociais da adoção**.

Curitiba: Juruá. 2011.

WEBER, L.N.D.; KOSSOBUDZKI.; MILAZZO, L.H. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do PR, 1996.

YAMAOKA, M. W. **Grupo de estudos e apoio à adoção de São Bernardo do Campo**.

Periódico sobre adoção do GEAA-SBC, (8-9), 15-18. Disponível em:

<<http://www.geaasbc.com.br/112009.pdf>.> Acesso em: 20 jun. 2020.

Contatos: Contatos: giuliaffp@gmail.com (IC) e marcelo.neumann@mackenzie.br (orientador).